



Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária¹

Cicilia Maria Krohling Peruzzo²

Resumo:

Estudo sobre aspectos teóricos da comunicação popular, alternativa e comunitária com o objetivo de resgatar seus conceitos partindo das definições de comunidade e dos processos de comunicação nos movimentos sociais, de modo a identificar as alterações e os aspectos que conservam sua validade na sociedade contemporânea. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem dialética. Conclui-se que novas práticas vêm impingindo re-elaborações conceituais, porém, sem apagar características paradigmáticas que conservam a validade teórica.

Palavras-chave: comunicação popular, comunicação comunitária, alternativo, comunidade.

Introdução

Têm surgido manifestações de comunicação popular e comunitária que se diferenciam, em parte, daquelas constituídas nos de 1970 aos 1990, o que dificulta o seu reconhecimento pelos paradigmas teóricos elaborados no referido período. O então contexto histórico era distinto e, embora esse período não se encontre num passado tão remoto, há especificidades e re-elaborações que demandam novos estudos.

Este texto objetiva resgatar brevemente os principais conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária, situando-os a partir de noções teóricas de comunidade e dos processos de comunicação nos movimentos sociais. Para tanto, procurar-se-á retomar os conceitos de comunidade e de comunicação popular e comunitária e identificar as alterações e os aspectos que conservam sua validade na sociedade contemporânea. Trata-se de síntese de um estudo mais amplo realizado com base em pesquisa bibliográfica de abordagem dialética.

Como o termo “comunitário” vem sendo empregado para identificar diferentes processos comunicacionais, desde formas de “comunicação do povo”³ até experiências desencadeadas no âmbito da mídia comercial de grande porte, considera-se oportuno refletir sobre as especificidades e os princípios norteadores de processos de comunicação popular e comunitária.

¹ Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

² Doutora em Comunicação pela ECA-USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

³ Aquelas que têm o povo como protagonista.



1. Comunicação popular, alternativa e comunitária: os conceitos e suas reelaborações.

A comunicação popular representa uma forma alternativa de comunicação e tem sua origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980, no Brasil⁴ e na América Latina como um todo. Ela não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação. Joana Puntel (1994, p.133), referenciando-se a Robert White, já ressaltou este aspecto referindo-se à comunicação nos movimentos populares vinculados à igreja católica.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão *comunicação comunitária* para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares.

Na prática, a comunicação comunitária por vezes incorpora conceitos e reproduz práticas tipicamente da comunicação popular em sua fase original e, portanto, confunde-se com ela, mas ao mesmo tempo outros vieses vão se configurando. A grande mídia também incorporou a palavra para designar algumas de suas produções. Percebe-se, dessa forma, que comunitário é um termo de uso problemático, já que pode se referir a processos diferentes entre si. É prudente recorrer ao *status* original dessa modalidade comunicativa na América Latina, bem como aos conceitos de *comunidade*, para a caracterização mais adequada do processo. Historicamente o adjetivo popular denotou tratar-se de “comunicação do povo”, feita por ele e para ele, por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência⁵.

⁴ Ver Peruzzo (2004a)

⁵ Ver Peruzzo(2004a) e FESTA(1986).



Muitos autores⁶ latino-americanos dedicaram-se a estudos nessa linha de pesquisa. O que se buscava com os estudos sobre a comunicação popular e alternativa, segundo Fernando Reyes Matta (apud FESTA, 1995, p.131-132),

era compreender esse novo fenômeno na vida dos latino-americanos e caminhar junto na busca comum das utopias libertárias. Essencialmente, essa comunicação a partir do social buscava alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impunha dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutria por uma multiplicidade de experiências comunicativas.

Entre os vários estudiosos destaca-se Mário Kaplún (1985, p.7), que, ao referir-se ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. Ressaltando os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, o autor (1985, p.17) esclarece que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos, pois, como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”.

No Brasil, entre as primeiras publicações acadêmicas sobre o tema, destacam-se as de Regina Festa, que trouxeram importantes contribuições para o desencadeamento de estudos nessa linha de pesquisa. Para ela (1986, p.25; 1984, p.169-170), “a comunicação popular nasce efetivamente a partir dos movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto na cidade como no campo”, e se refere “ao modo de expressão das classes populares”.

Um conceito que circulou logo no início da práxis comunicativa popular e, portanto, marcou práticas e concepções teóricas, merecendo por isso ser lembrando, é o de Gilberto Gimenez. Ele (1979, p.60) entende que a comunicação popular “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”.

⁶ Fernando Reyes Matta, Mário Kaplún, Rafael Roncagliolo, Felipe Espinosa, Jorge Merino Utreras, Rosa Maria Alfaro, Eduardo Contreras, Alfonso Gumucio Dragon, Fernando Ossandron, Alfredo Paiva, Máximo Simpson Grinberg, Josiane Jovet, Carlos Monsivais, Miguel Azcueta, Luis Ramiro Beltrán, Juan Diaz Bordenave, Ana Maria Nethol, Maria Cristina Mata, Diego Portales, Daniel Prieto, Hector Schumcler, José Ignacio Vigil, José Martinez Terrero, Esmeralda Villegas Uribe, Regina Dalva Festa, Luiz Fernando Santoro, Marco Morel, Pedro Gilberto Gomes, Joana Puntel, Denise Cogo, Cicilia M.Krohling Peruzzo e muitos outros.



Outras publicações em português subsidiaram inicialmente essa práxis comunicacional no País, desde livros até cartilhas populares como as editadas pela ALER⁷ Brasil em parceria com o Serviço à Pastoral da Comunicação (SEPAC)-Edições Paulinas e outras entidades.

Em síntese, a comunicação popular e alternativa⁸ se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.

São conceitos da comunicação popular e alternativa das últimas décadas do século XX, assim como do início do século XXI. Neste período, ao mesmo tempo em que o movimento popular continua a gerar práticas semelhantes ou equivalentes às que deram origem a centenas de estudos desse tipo de fenômeno comunicacional na América Latina, surgem outras modalidades de formatos e de meios de comunicação característicos dos novos tempos e do jogo de interesses tanto no nível midiático, como nos níveis econômico e político-ideológico. A pressão social provocou um avanço na democratização dos meios de comunicação, o que pode ser identificado no aumento do número de emissores, principalmente por meio dos canais de uso gratuito na TV a cabo, na área do rádio de baixa potência e com a presença crescente de entidades populares na internet. Um bom exemplo é o das rádios comunitárias. São cerca de 15 mil emissoras em funcionamento no País, a maioria das quais opera no formato de rádio livre, sem autorização legal para operar, em grande parte em decorrência dos entraves de natureza política.

Nada mais natural do que ter havido mudanças desde o período auge da comunicação popular até hoje. Oportuno considerar que, num ambiente democrático, caracterizado por eleições diretas e mais liberdade de organização e de expressão no conjunto da sociedade, as lutas por comunicação, simbolizadas pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), obtiveram relevantes conquistas. Alterou-se também o processo de ação e de concepção da comunicação no contexto dos movimentos populares proporcionando o surgimento de formas mais plurais, avançadas

⁷ Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica, com sede em Quito, Equador.

⁸ Ver Peruzzo (2004a, p.124-126).



e ágeis de comunicação. De uma comunicação dirigida a pequenos grupos e centrada nos aspectos combativos dos movimentos populares, passou-se – aos poucos – a ampliar seu alcance por meio da incorporação de meios massivos, principalmente de radiodifusão, e, portanto, de novos conteúdos e linguagens⁹. Tais alterações provocaram a necessidade de desenvolver as atividades de comunicação de forma mais profissional, além de incorporar as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC).

Há, pois, importantes alterações processadas no âmbito da comunicação dos próprios movimentos populares. Nessas condições, das novas formulações conceituais se requer a captação das nuances de uma comunicação gerada num patamar em que a democracia prevaleceu sobre o centralismo autoritário típico do regime militar, favorecendo o rejuvenescimento de modos tradicionais (do alto-falante para a rádio comunitária FM, da seqüência de slides para o vídeo popular – que produzia documentários e vídeos educativos – e deste para a TV de Rua – como a TV Macoronga, por exemplo – e a ebulição de formas alternativas (Revista Viração, Jornal Becos e Vielaz/S, Projeto Cala a Boca já Morreu, de rádio escola-comunidade) e públicas de comunicação (entre as quais os canais comunitários na TV a cabo e as rádios comunitárias). É importante também não desprezar a história e estar atento para reconhecer a sabedoria popular e o conhecimento acumulados.

Se nos anos de 1970, 1980 e parte dos 90 a contra-comunicação¹⁰ aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da igreja católica, ou realizada por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual, a partir dos últimos anos pipocam experiências comunicacionais mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitárias e se baseiam em premissas de cunho coletivo) e outras realizadas por associações, grupos ou até por pessoas autonomamente. Os exemplos podem ser encontrados em jornais e rádios comunitários, nas associações de usuários dos canais comunitários na televisão a cabo, em Organizações não-Governamentais que desenvolvem projetos coletivos de desenvolvimento social por meio da comunicação – muitos dos quais com propósitos similares àqueles antes encabeçados por movimentos populares. Esses projetos em geral envolvem adolescentes e jovens e assumem o misto

⁹ Ver Peruzzo (1998).

¹⁰ Comunicação das classes subalternas e em oposição à comunicação favorável ao *status quo*.



de mídia comunitária e alternativa¹¹, numa dinâmica em que se descobre a comunicação como mediação no processo de formação da auto-estima e da cidadania juvenil em áreas carentes.

Ao mesmo tempo ocorre a presença cada vez mais substantiva dos setores populares na mídia convencional (comercial e educativa), que abriu mais espaço para assuntos antes restritos aos canais alternativos e populares, com destaque para a programação local e regional, o que também favorece a abordagem de temas ligados ao desenvolvimento social e à cultura local. Nessa dinâmica, o movimento popular passa a marcar sua presença tanto de forma autônoma (dando depoimentos e contando histórias de projetos sociais bem sucedidos), como grupal, quando as propostas dos movimentos sociais passam a sensibilizar e a permear a programação da mídia, embora nem sempre de forma favorável aos mesmos. Acrescentando a conquista de espaços (principalmente no rádio local/regional) para difusão de programas próprios produzidos por organizações populares e/ou entidades aliadas, como, por exemplo, a Oboré - Projetos Especiais em Comunicações e Artes.

Por outro lado, no espectro televisivo há uma série de novas iniciativas com finalidade primordial de promover a educação informal, a cultura e o desenvolvimento social. É o caso dos canais de televisão de uso gratuito no sistema a cabo, como o universitário, o comunitário (ambos espalhados pelos municípios brasileiros), o canal do Poder Judiciário, os canais legislativos e os educativo-culturais. Há ainda outros canais privados de conteúdo educativo na televisão por assinatura, via satélite, como o STV (do Senac) e o Canal Futura, entre outros. Surgiram também novos meios alternativos de comunicação¹².

Neste contexto, o caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico, de contestação e projeto de sociedade – foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (no nível do tratamento da informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a cultura e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. Houve também a apropriação de novas tecnologias da comunicação e incorporação da noção do acesso à comunicação como direito humano.

¹¹ Exemplos: Revista Viração, Jornal Becos e Vielas Z/S, Joinha Filmes, Agência de Notícias Raio X Comunicação, Coletivo Metareciclagem (www.liganois.com.br) etc.

¹² Exemplos: Adital - Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, Jornal Brasil de Fato, Centro de Mídia Independente etc.



Refere-se, pois, a pontos de passagem e de convergência entre a comunicação popular e a alternativa, propriamente dita, e a comunicação comunitária, que extrapola a dos movimentos populares, embora continue em muitos casos a se configurar como tal ou a representar um canal de comunicação destes movimentos, ou, no mínimo, a ter vínculos orgânicos com os mesmos.

Essa complexidade gerou conceitos que permitem tomar as expressões comunicação popular e comunicação comunitária como sinônimos, mesmo reconhecendo características próprias em cada um dos processos. Em decorrência das dificuldades para se fazer demarcações precisas consistentes entre ambos os processos, é aconselhável captar as experiências e teorizar sobre elas a partir de casos concretos.

1.1 Imprensa alternativa

A expressão *comunicação alternativa*, típica dos anos 1960 aos 1980, vem sendo retomada. Ela surgiu para designar tanto a comunicação popular, tal como já foi explicitada, como para caracterizar o tipo de imprensa não alinhada à linha da mídia tradicional, então sob a batuta da censura do regime militar no Brasil. Nesse caso, denomina-se imprensa alternativa. Ou seja, era uma época em que a maioria dos grandes jornais se alinhava à visão oficial do governo, por opção político-ideológica ou pela coerção, sob a força da censura. A imprensa alternativa representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento. São exemplos, o PIF-PAF, lançado em 1964; Pasquim (1969); Posição (1969); Opinião (1972); Movimento (1975); Coojornal (1975); Versus (1974); De Fato (1975); Extra (1984), entre outros¹³. Eram jornais dirigidos e elaborados por jornalistas de esquerda, alguns ligados à pequena burguesia, que, cansados do autoritarismo, aspiravam um novo projeto social e preocupavam-se em informar a população sobre temas de interesse nacional numa abordagem crítica.

Como afirma Raimundo Rodrigues Pereira (1986, p.55-56), “a imprensa alternativa foi expressão da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia, defendeu interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime militar”.

Para Bernardo Kucinski (1991, p.XVI),

a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por

¹³ Ver Kucinski (1991) e Pereira (1986).



jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo, que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.

Eram jornais que se apresentavam como alternativa de leitura aos grandes jornais então existentes. Tratavam de temas comumente tratados pela imprensa e circulavam no mesmo circuito: eram vendidos em bancas ou por assinaturas e em locais de fluxo fluante (universidades, centros de convenções etc.). Então, o que caracteriza o jornal como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem. Mas, como já ressaltado, também os pequenos jornais, boletins informativos e outras formas de comunicação (como o teatro popular, literatura de cordel, alto-falantes, folhetos, cartilhas, vídeos, slides, carro de som etc. – do circuito dos movimentos populares) eram chamados de alternativos mais pela força do sentido do seu conteúdo e sem dispensar a leitura de jornais convencionais.

No conjunto, a imprensa alternativa comportava, além de jornais com características de circulação diária e os boletins populares, outros segmentos como o da imprensa popular ligados aos movimentos populares. Na imprensa popular destacavam-se o *Mulherio*, produzido por um grupo de mulheres e que tratava da situação do público feminino na sociedade; o *Porantim*, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que abordava a questão do índio, e o *Jornallivro*, produzido por entidades e grupos voltados ao trabalho de educação de base. Entre os segmentos atentos à imprensa político-partidária devem ser citados os jornais *Voz da Unidade*, *Tribuna da Luta Operária*, *Companheiros* e *Em Tempo*. A imprensa sindical, por seu lado, editou jornais importantes como a *Tribuna Metalúrgica* e *Folha Bancária*¹⁴, ainda existentes.

1.2 Comunicação popular e comunitária: diversidade e convergência

Há que se recordar que comunicação popular deriva da palavra “povo”, de uso não uníssono. Como enfatiza Wanderley (1979, p.64), o termo “povo” pode significar o conjunto dos cidadãos (o povo brasileiro); os nacionalistas que lutam contra um colonizador estrangeiro; os pobres ou empobrecidos, sempre lembrados como “povão” ou “povinho”; as classes subalternas situadas em oposição das classes dominantes na sociedade. Pode-se ainda tomar “povo” como um conceito sempre em transformação

¹⁴ Ver Festa (1986) e Kucinski (1991).



que contém rica negatividade e está sempre em oposição aos que se apresentam como anti-povo, os opressores ou aqueles que contradizem as necessidades e interesses da maioria.

Aqui usa-se como parâmetro o popular-alternativo, onde o popular advém do conceito dinâmico de povo. Situa-se no universo dos movimentos sociais populares num processo dinâmico de lutas por seus direitos. Mas há outras dimensões do popular, como popular-folclórico, abarcando as manifestações culturais tradicionais e genuínas do “povo” presentes em manifestações de folkcomunicação (literatura de cordel etc.); e como popular-massivo. Este se manifesta em três dimensões: culturalista, popularesca e de utilidade pública¹⁵.

Assim, há mais o que diferenciar entre as formas de comunicação ditas populares e comunitárias que são dirigidas ao “povo” por intermédio dos meios de comunicação de massa convencionais e aquelas protagonizadas por cidadãos ou movimentos e entidades associativas de interesse público, do que entre comunicação popular e comunitária.

A comunicação popular e comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas sempre denota uma comunicação que tem o “povo” (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário, desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária.

Comunicação comunitária, na forma como vem se desenvolvendo nos últimos tempos significa:

o canal de expressão de uma comunidade (independente do seu nível sócio-econômico e território), por meio dos qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local”(DELIBERADOR;.VIEIRA, 2005, p.8). Portanto, recorre a princípios da Comunicação Popular.

Por tudo o que já foi analisado, a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania.

¹⁵ Ver Peruzzo (2004a, 116-120).



Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação¹⁶ na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania.

Desse modo, apesar da validade de meios “comunitários” que prezam mais os conteúdos aderentes às localidades do que a participação ativa dos cidadãos em todos os processos do *fazer* comunicativo, há que se reconhecer que os meios de comunicação podem contribuir para a educação não apenas pelos conteúdos que transmitem, mas pelo processo de produção e difusão de mensagens que propiciam.

Os processos de comunicação popular e comunitária têm maior visibilidade especialmente em duas situações: quando os desafios estão, por exemplo, na apropriação de instrumentos de comunicação dirigida, tais como pequenos jornais, panfletos, cartazes, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, slides, alto-falantes etc. Oportuno lembrar que os meios artesanais foram os que se mostraram viáveis no período inicial da ação dos movimentos populares. Já no segundo momento, há o empoderamento social das tecnologias mais avançadas de comunicação, que passa pelo videocassete, alto-falante, rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema cabo e internet. Empoderamento, de empowerment, em inglês, quer dizer participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais (políticas públicas relacionadas à educação, saúde, transporte, questões de gênero, geração de renda), e como tal, também, dos meios de comunicação. O desafio atual é justamente avançar no empoderamento qualitativo e amplo das novas tecnologias de comunicação.

2. Comunicação comunitária e sua ligação com os conceitos de comunidade

Assim como o adjetivo popular é constitutivo da expressão “comunicação popular” e deriva da palavra “povo”, a expressão “comunicação comunitária” tem ligação com

¹⁶ Ver Peruzzo (2004b).



os conceitos de comunidade. Os conceitos de comunidade também são complexos e estão em transformação.

Muitos pesquisadores se dedicam ao estudo de comunidade¹⁷. Entre os mais referenciados está Ferdinand Tönnies certamente pela clássica diferenciação entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), cuja obra “Comunidade e Sociedade” foi publicada originalmente em 1887, mas somente se tornou best-seller a partir da segunda edição em 1912. O autor mostra uma oposição entre os dois conceitos, identificando comunidade como portadora de relações resultante de “uma vida real e orgânica”, enquanto sociedade teria estrutura “mecânica e imaginária”. “Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto [...] será entendido como vida em comunidade. A sociedade é a vida pública – o próprio mundo” (Tönnies, 1995, p.231).

Enquanto comunidade, pensada por ele a partir do mundo rural enraizado em antigas tradições medievais, é vista “como mais forte e mais viva entre os homens; é a forma de vida comum, verdadeira e duradoura”. A sociedade, vista a partir do mundo do comércio e dos centros urbanos, é tomada como “passageira e aparente”. “Pode-se, em certa medida, compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e artificial” (Tönnies, 1995, p. 232). Ao influenciar os estudos de comunidade, a teoria de Ferdinand Tönnies contribuiu para o surgimento de seguidores e críticos, sendo que os mais severos se referem ao possível caráter ilusório ou romântico, dado o nível de perfeição atribuído à comunidade.

Entre as perspectivas utópicas envoltas no debate sobre comunidade merece destaque a concepção que a vê como “comunidade universal”, “onde seriam suprimidas as barreiras – nacionais ou de outra ordem – entre os homens, bem como entre o Homem e a natureza” (DASCAL; ZIMMERMANN, 1987, p.18). Para Dascal e Zimmermann (1987, p.18), contrariando o tom vitalista dessa assertiva e avançando na proposta de uma “comunidade universal”, Buber acentua o caráter concreto do “pequeno círculo” do qual uma comunidade emerge.

¹⁷ Entre eles, MacIver, R.M. e C.H. Page, Robert A. Nisbet, G. A. Hillery, Talcott Parson, Harry Cohen, Perti Töttö, B. E Mercer; E.W.Burgess, Martin Buber; Zygmunt Bauman e Orlando de Miranda.

Para Martin Buber (1987, p. 33), a finalidade de uma “nova”¹⁸ comunidade é “si-mesma e a Vida”. Ao perceber a formação de uma “comunidade universal” a partir de uma união fundada na sintonia de interesse pela vida, ele diz:

pelo fato de não estarmos unidos por alguma concepção comum, mas por uma vivência comum, e porque esta vivência surge em muitos homens atualmente, por isso mesmo muitos destes que nós nunca vimos e dos quais sabemos pouco e que de nós tão pouco sabem, estão vinculados mais profunda e complementemente a nós do que alguns que vemos todo dia, mesmo que compartilhem nossa opinião sobre isto ou aquilo, enquanto os primeiros possuem outros horizontes e pensamentos (BUBER, 1987, p. 36).

Porém, reconhece que

uma grande associação humana só pode ser denominada comunidade quando for formada por pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes em coexistência sem mediação, que entram em relação direta e vital, uns com os outros, como seus membros o fazem, e que se unem em vista desta associação igualmente de modo direto e vital. [...] Urge libertar a verdadeira vida entre os homens. É imperativo o renascimento da comunidade, da comunidade da vila, da cooperativa, do companheirismo, da união religiosa” (BUBER, 1987, p.56).

Em meio a dezenas de definições de comunidade, apresenta-se a de R. M. MacIver & C. Page (1973, p.122) para quem ela existe

onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos de tal modo que partilham, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum.[...] O que caracteriza comunidade é que a vida de alguém *pode* ser totalmente vivida dentro dela. Não se pode viver inteiramente dentro de uma empresa comercial ou de uma igreja; pode-se viver inteiramente dentro de uma tribo ou de uma cidade. O critério básico da comunidade, portanto, está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro dela.

Este conceito indica o nível de exigência para que um agregado humano seja considerado comunidade. Contudo, sempre há uma flexibilização dos conceitos. MacIver e Page, por exemplo, admitem que as comunidades não precisam ser auto-suficientes. Eles (1973, p.122-124) apontam como bases de uma comunidade: a)

¹⁸ O autor fala em nova comunidade referindo-se à comunidade “pós-social” e contrapondo-a às comunidades da era “pré-social” caracterizadas como sendo as comunidades tratadas por Tönnies.

Localidade: uma comunidade ocupa sempre [sic.] uma área territorial. Mesmo uma comunidade nômade, um bando de ciganos, por exemplo, tem uma habitação local, embora sujeita a mudança. A qualquer momento seus membros ocupam juntos um lugar definido na superfície da terra. Mas, em sua maioria, as comunidades são fixas e extraem das condições de sua localização um forte laço de solidariedade; b) Sentimento de comunidade: existência de uma coesão social que dá um caráter de comunidade. Há a co-participação. A localidade, embora seja condição necessária, não é suficiente para criar uma comunidade. Comunidade “é uma área de vida em comum. Tem que haver vida em comum com a noção de que se compartilha tanto de um modo de vida quanto de terra comum”.

Outros aspectos foram sendo acrescentados aos conceitos de comunidade. A idéia de participação, por exemplo, teria sido explicitada por Nisbet e Hillary. Numa leitura de conjunto, na tentativa de apresentá-la de forma didática e concisa, infere-se que, a partir dos clássicos, uma comunidade pressupõe a existência de determinadas condições básicas, tais como: a) um processo de vida em comum por meio de relacionamentos orgânicos e certo grau de coesão social; b) auto-suficiência (as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade, embora não seja excludente); c) cultura comum; d) objetivos comuns; e) identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros; f) consciência de suas singularidades identificativas; g) sentimento de pertencimento; h) participação ativa; i) locus territorial específico; e j) linguagem comum¹⁹.

A teorização clássica sobre comunidade foi elaborada tendo como parâmetro as sociedades agrárias, a partir da tribo, aldeia, família, igreja, lugar etc. As transformações nas sociedades exigiram a atualização nos conceitos de comunidade. As noções de “territorialidade”, “auto-suficiência” e “identidade” perfeita entre os membros, por exemplo, foram revistas em decorrência do avanço tecnológico e das alterações no modo de vida.

Como diz Marcos Palácios ([s.d.], p.7),

o sentimento de pertencimento, elemento fundamental para a definição de uma comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer a distancia. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação

¹⁹ Não necessariamente todas características devam aparecer simultaneamente em toda e qualquer comunidade.



(face-a-face) por outra (a distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas.

Apesar das alterações, muitos dos princípios desenvolvidos pelos clássicos preservam grande validade até os dias atuais. As comunidades continuam a se caracterizar pela existência de um modo de relacionamento baseado na coesão, convergência de objetivos e de visão de mundo, interação, sentimento de pertença, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais, co-responsabilidade e caráter cooperativo. As próprias comunidades virtuais²⁰ que surgem com o advento das novas tecnologias da comunicação, no final do século XX, demonstram a necessidade de atualização dos conceitos originais e, ao mesmo tempo, reforçam a necessidade da presença de laços de comunhão, como os acima referidos²¹.

Portanto, a simples proximidade geográfica ou residencial (morar no mesmo bairro ou no mesmo condomínio), o fato de pertencer a uma mesma etnia, e assim por diante, não necessariamente revelam a existência de comunidade. Os elementos intrínsecos dos conceitos de comunidade constituem parte dos fundamentos da concepção de comunicação comunitária anteriormente explicitada. Ou seja, não basta um programa de televisão ou um meio de comunicação se auto-denominar comunitário, assim como não basta estar situado numa pequena localidade e saber falar para o “povo” ou “das coisas do povo” para caracterizar-se como comunitário, pelo menos no sentido profundo da palavra.

Por outro lado, há que se reconhecer que no processo de mudança na configuração das comunidades, segmentos da sociedade brasileira estão demonstrando prontidão à agregação e à participação cidadã e vão constituindo novos tipos de comunidades²². Em suma, paralelamente ao egoísmo e ao isolamento pessoal e no contexto das contradições e desigualdades sociais, há toda uma dinâmica de mobilização representada em múltiplos movimentos e organizações populares. São movimentos relacionados a questões étnicas e de gênero, associações, grupos de ajuda mútua, redes de movimentos sociais, cooperativas, movimentos ambientalistas, movimentos contra a violência etc., acrescidos de aliados, como ONGs, segmentos progressistas de igrejas e outras organizações do terceiro setor. No conjunto, a

²⁰ Em decorrência dos limites de espaço não foi possível, neste texto, aprofundar a questão das comunidades virtuais.

²¹ Ver Rheingold (1993) e Michaski (1995).

²² Ver Peruzzo (2002b)



finalidade é juntar esforços visando a ampliação dos direitos de cidadania dos excluídos e o estabelecimento da justiça social.

Essas manifestações associativas se enquadrariam nas categorias “identidade de resistência” (constituída por atores sociais em posições/condições desvantajosas e/ou estigmatizadas na escala social) e “identidade de projeto” (quando os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e visam buscar a transformação da estrutura da sociedade) elencadas por Castells (2000, v.2, p.24).

Enfim, parece que há todo um movimento em busca de novas sociabilidades e de tentativas de recolocar a pessoa e as demais formas de vida como elementos centrais na sociedade. A percepção de algo novo em construção, embora não se constitua como força predominante, é percebida por alguns autores, entre eles: Maffesoli (1997, p.18) fala em processos numa “pulsão gregária” do ser humano. Castells (2000, v.2, 79) ressalta que “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal”. Paiva (2003, p.26) acredita que “a proposta comunitária surge como nova possibilidade de socialização, com o propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado”. Referindo-se aos movimentos pelo direito à diferença, Baumann (2003, p.71) considera que a “luta pelos direitos individuais e sua alocação resulta numa intensa construção comunitária”.²³

No fundo, parece haver algo apontando na direção projetada por Martin Buber (1987, p.52): “não podemos voltar a uma etapa anterior à sociedade mecanizada, mas podemos ir além dela para uma nova organicidade”.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. Seleção e introdução de Marcelo Dascal e Oscar Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2.ed. Trad.de Klauss B.Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra. 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2)

²³ Ver também HESSELBEIN, Frances et al. (orgs.) **La comunidad del futuro (1999)**.



DASCAL, M.; ZIMMERMANN, O. Introdução. In: BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. p.13-31.

DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana C. R. **Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST**. Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM e realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de 5 a 9 de setembro 2005. [CDRom].

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R. ; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30.

_____. **Comunicação popular e alternativa: realidade e utopias**. São Bernardo do Campo: IMS, 1984. (Dissertação de Mestrado – Comunicação).

_____. Elementos para uma análise da comunicação na América Latina: perspectivas para os anos 90. In: PERUZZO, C.M.K. (Org.). **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995. p.125-142.

GIMÉNEZ, Gilberto. Notas para uma teoria da comunicação popular. **Cadernos CEAS**. Salvador: CEAS, n. 61, p.57-61, maio-jun.1979.

HESELBEIN, Frances et al. (orgs.) **La comunidad del futuro**. Buenos Aires/ Barcelona/ México, Granica: 1999.

KAPLÚN, Mário. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

MACIVER, R.M. & PAGE, Charles. Comunidade e sociedade como níveis de organização social. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. v.1, p.117-131

MAFFESOLLI, Michel. **A transfiguração do político: tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997. 286 p.

MICHALSK, J. What is a virtual community? (After the media class). **New Perspectives Quartely**, Spring, 1995. v.12, n.2.

MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: **comunicação, socialidade e novas tribos**. Salvador: Ufba, [s.d.]. (Texto fornecido, por e-mail, pelo autor em 11 abr 2001). 15 p.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 175 p.

PEREIRA, Raimundo R.. Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa. In: In: FESTA, R. ; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p.53-79.



PERUZZO, Cicilia M.K. Mídia comunitária. **Comunicação e Sociedade** : revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: UMEP, n. 30, p.141-156, 1998.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista PCLA – Pensamento Comunicacional Latino Americano**. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco-Umesp, v.4,n.1, p.1-9, 2002a. Disponível em: <www.metodista.br/unesco/pcla>.

_____. Comunidades em tempo de redes. In: PERUZZO, Cicilia M.K; COGO, Denise; Kaplún, Gabriel (Orgs.) **Comunicación y movimientos populares: ¿cuales redes?** São Leopoldo: UNISINOS, 2002b. p.275-298.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3^a.ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da C. (Org.). **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004b. p.49-79.

PUNTEL, Joana T. **A Igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

RHEINGOLD, Howard. **The virtual community**. 1993. (Versão eletrônica). Disponível em: <<http://www.rheingold.com/vc/book/>>. Acesso em: 21.04.2001.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973. v.1. p.96-116.

_____. Determinação geral dos conceitos principais. In: MIRANDA, Orlando de (Org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995. p.231-352.

WANDERLEY, Luiz E. Apontamentos sobre educação popular. In: VALLE, J. Edênio; QUEIROZ, J.J. (Orgs.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez, 1979. p.58-79.